

BEATISMO E LIDERANÇA RELIGIOSA FEMININA NAS ALAGOAS

Álvaro Queiroz*

Resumo: Este artigo aborda a temática do beatismo feminino e da liderança das mulheres no espaço religioso católico alagoano. Inicialmente, apresenta uma síntese a respeito da atividade de rezadeiras, benzedadeiras/curandeiras e beatas, na época colonial e no período do império. Na seqüência, mostra um resumo acerca da vida e do trabalho de duas líderes católicas, na primeira metade do século XX.

Palavras-Chave: Beatismo, beatas, patriarcalismo.

O processo de cristianização do Brasil – mormente das Alagoas – se deve, em grande parte, à ação determinada de leigos (as), povo simples, povo pobre. Povo que vem, avança, trabalha e desbrava a terra. Instala-se e forma a Igreja (=comunidade de fé) antes da chegada dos padres e das paróquias. As paróquias nascem sempre mais tarde, quando a terra já é habitada e quando já existe a Igreja-comunidade. Quase nunca a paróquia fundou a Igreja; ao contrário, veio estruturá-la posteriormente. A Igreja viveu quase sem padres em territórios imensos do Brasil e das Alagoas. Foi sustentada por ministros(as) leigos(as): conselheiros(as), eremitas, beatas, benzedadeiras ou curandeiras, rezadeiras, entre outros. A Igreja-comunidade reuniu-se em novenas, nas festas religiosas, na veneração dos santos. A fé foi transmitida nas famílias, sobretudo pelas mulheres. Vivendo, geralmente, em uma estrutura patriarcal e machista, as mulheres encontraram no espaço do sagrado uma interessante alternativa de liberdade e exercício de liderança. Segundo Eduardo Hoornaert,

a criatividade da mulher brasileira se manifesta na maneira como ela aproveitou a única saída que o domínio social, sexual e familiar lhe possibilitava: a saída para a Igreja. Só a religião estava franqueada à mulher. Ela aproveitou ao máximo esta possibilidade para manter viva a chama da fé, da esperança e do amor [...]. Numa sociedade centrada nos homens e governada pelos homens, a religião constituiu uma

* Professor do CESMAC. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, cadeira nº 53. Autor de dez livros e de inúmeros artigos científicos publicados em revistas acadêmicas. Integrante do grupo de pesquisadores do projeto de cooperação científica entre o CESMAC e a Université Stendhal Grenoble 3, da França. e-mail: alvarocesmac@bol.com.br

alternativa respeitável para a mulher, no sentido de libertá-la do controle masculino que na realidade era o controle do sistema, já que a mulher servia para gerar e criar filhos para o sistema (HOORNAERT, 1983, 372-373).

Aliás, um capítulo à parte na História do Cristianismo brasileiro e alagoano é as escritas pelas mulheres, geralmente consideradas virtuosas, ou mesmo santas, que mantiveram acesas as chamas da fé com a força das suas rezas, dos seus conselhos, da sua ternura e da sua caridade. Por conta disso, o mesmo Hoornaert assevera:

A mãe sempre foi a melhor catequista do Brasil. As mães transmitiam às gerações futuras a sua própria experiência de tenacidade no silêncio da fé, a sua esperança apesar de tudo, a sua caridade inteiramente gratuita [...]. Desta forma foi decisivo o papel da mulher na formação do catolicismo brasileiro (HOORNAERT, op. cit.: 372 e 374).

Ao longo da história, algumas dessas mulheres receberam a designação genérica de “*beatas*”, outras são denominadas de *rezadeiras*, e outras tantas de *benzedadeiras* ou “*curandeiras*”. Sem se prender rigidamente ao sentido de tais termos, a verdade é que, no Brasil e nas Alagoas, a religião do povo foi sustentada por essas mulheres aguerridas, gente simples e pobre, que, no anonimato, transmitiram a tradição cristã através de gerações. Portanto, a formação do catolicismo brasileiro e alagoano se deve, em muitos aspectos, a ação dessas intrépidas heroínas anônimas, cujos nomes não se encontram nos grandes compêndios da história oficial.

Contudo, a história desse povo, a história dessas mulheres existe. Ela é conhecida pelos grupos que conservam a fé. Ela se baseia na sabedoria popular, nas tradições que se transmitem de geração em geração, no simbolismo religioso, não nos documentos oficiais julgados dignos de serem conservados. Não é de outra maneira que se conhece a história de Jesus de Nazaré, do povo eleito, dos apóstolos, dos mártires, dos santos, do fervor cristão através do tempo. O simbolismo religioso, por exemplo, é fonte válida para pesquisa da vida do povo, pois a sua linguagem é sincera, embora difícil de ser interpretada. A religião diz respeito a experiências humanas concretas. Ela constitui uma história simbólica de grande valor.

O beatismo feminino e a liderança religiosa das mulheres nas Alagoas constituem-se em fenômenos de singular relevância para as ciências sociais, para as ciências da religião, máxime para a preservação da memória historiográfica acerca das origens e do desenvolvimento da sociedade alagoana. Justamente por isso, esta abordagem privilegia a história simbólica, baseada na sabedoria e nas tradições

populares. O presente trabalho pretende mostrar, sinteticamente, alguns exemplos de beatas alagoanas e dessa liderança religiosa feminina nas Alagoas, desde o período colonial até meados do século XX. Ele se encontra dividido em três partes. Na primeira, são apresentados alguns casos de beatismo feminino nos tempos da Colônia e do Império. A segunda parte trata a respeito da liderança religiosa de uma mulher pobre da periferia de Maceió, na primeira metade do século XX, conhecida popularmente como “Mãe Doce”. Por fim, a terceira mostra a figura admirável de “Dona das Dores”, líder da comunidade de Santa Teresinha, no bairro do Farol, em Maceió, nas décadas de 1940 e 1950, e sua decisiva participação na edificação da igreja em homenagem à santa de Lisieux.

Beatas, rezadeiras e benzedoras

As beatas foram personagens familiares aos alagoanos, desde a época colonial e imperial. No início do século XVIII, em Alagoas do Sul (atual Marechal Deodoro), as donzelas Maria de Castro e Beatriz da Costa viveram dentro de casa em perpétua clausura, debilitando o corpo com um austero jejum, castigando a carne com rigorosos açoitamentos, usando espinhos penetrantes em vez de cilícios e passando dias e noites em contínuas orações. Ainda em Alagoas do Sul, viveram irmãs virtuosas, pertencentes à Ordem Terceira Franciscana, que se notabilizaram por suas penitências e orações constantes. Trata-se de Catarina Paes Landim e Cosma da Silva Pereira, duas senhoras casadas.

Tardamente fundados os conventos e mosteiros femininos no Brasil, muito mais raros e dispersos do que os encontrados no Peru ou México, inúmeras donzelas católicas fervorosas, não encontrando instituições religiosas onde pudessem se consagrar de corpo e alma ao Divino Esposo, fizeram de suas próprias casas uma espécie de claustro ou recolhimento (MOTT, 1997, 178).

No século XIX, sabe-se da existência de beatérios em Santana do Ipanema, no Sertão alagoano, e em Coqueiro Seco, na Zona da Mata, às margens da lagoa Mundaú. As beatas de Santana do Ipanema tiveram o seu cenóbio fundado pelo Padre Francisco José Correa de Albuquerque, denodado missionário apostólico do “hábito de São Pedro”, que realizou notável ação pastoral pelos Sertões do Nordeste brasileiro. Já as beatas de Coqueiro Seco receberam a orientação espiritual do Padre Bernardo José Cabral, fundador da igreja daquele município. Geralmente, essas beatas dedicavam-se

ao serviço de templos, cemitérios, ao esplendor do culto sagrado e ao cultivo de flores para ornamentar os altares. Em determinadas horas do dia, reuniam-se todas para a oração. Entregavam-se aos rigores da penitência, aos jejuns e às mortificações. Algumas chegavam ao extremo da autoflagelação ou do uso do cilício.

De acordo com Luiz Mott, “as donzelas recolhidas eram modelos extremados do primeiro tipo de vivência católica autêntica: privadamente – mas quase sempre tornadas conhecidas do público – dedicavam-se de corpo e alma à oração e mortificação. Pelo heroísmo da fé e extremos de virtude, algumas talvez cheguem um dia à glória dos altares (MOTT, op. cit., 178).

Destarte, as mulheres rezadeiras constituíam-se em líderes comunitárias, que reuniam o povo em torno de si para as novenas e orações. Inúmeras paróquias e comunidades nasceram dessas devoções alimentadas pelas beatas rezadeiras. É mister, contudo, ressaltar que havia certos grupos de rezadeiras especializadas em orações para circunstâncias determinadas. Existiam rezadeiras que eram chamadas apenas em casos de enfermidade grave, quando o doente já estava se ultimando. Nestas ocasiões, elas entoavam um “*bendito*” que auxiliava o moribundo a deixar o mundo dos vivos e morrer em paz:

Pecadô repara
Que hás de morrê,
Chama por Jesus
Que Ele há de valê.

Outro exemplo é o das mulheres especializadas em vestir defuntos com a mortalha. Nestes momentos, elas cantavam um *bendito* apropriado:

“Veste esta mortalha
Quem mandô foi Deus;
Quem mandô visti
Foi a Mãe de Deus”.

“Amarre este cordão,
Quem mandô foi Deus;
Quem mandô marrá
Foi a Mãe de Deus”.

“Bota este capuz,
Quem mandô foi Deus;
Quem mandô butá
Foi a Mãe de Deus”.

Durante um velório, dois grupos de mulheres protagonizavam em cena: o das “*carpideiras*” e o das cantadoras de “*incelências*”, estas aos pés do defunto, aquelas à sua cabeceira. As carpideiras, aos gritos e soluços, derramavam-se em prantos e lamentações, enquanto as cantadoras de incelências entoavam seus “*benditos*”. Tudo isso fazia dos velórios, naquele tempo, uma atração a mais, nos povoados, vilas e cidades ainda sem muita opção de lazer.

Além das beatas e rezadeiras, outra categoria de mulheres muito importante na história da formação religiosa alagoana é a das “*benzedeiras*” ou “*curandeiras*”, mulheres de origem humilde e dotadas de uma sensibilidade acima do normal, que são consideradas poderosas em virtude da força de suas rezas e bênçãos. Lamentavelmente, as curandeiras nem sempre eram vistas com bons olhos pelas autoridades eclesiásticas, as quais, muitas vezes, condenavam as suas práticas, classificando-as como superstição ou feitiçaria. Exemplo disso encontra-se nas *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1707, que é uma espécie de código de leis eclesiásticas, válido para toda a colônia. Nelas se lê:

E ainda que Deus em sua Igreja deixou graça para curar, a qual se pode achar não somente nos justos, mas ainda nos pecadores; contudo, porque no modo com que se costuma usar desta graça se podem introduzir perniciosas superstições, e pecaminosos abusos, estritamente proibimos, sob pena de excomunhão maior, *ipso facto incurrenda*, e de vinte cruzados, que ninguém em nosso Arcebispado benza gente, gado, ou quaisquer animais, nem use de salmos, e palavras, ou de outra coisa para curar feridas, e doenças, ou levantar espinhela sem por Nós ser primeiro examinado, e aprovado, e haver licença nossa por escrito” (Livro Quinto, título V, nº 902: 316).

As benzedeiras, via de regra, possuem o dom da cura, empregando-o para curar animais e seres humanos, o que as torna muito queridas e respeitadas pelo povo. Ademais elas são profundas conhecedoras das propriedades medicinais de ervas e raízes, conhecimento este que conservam sigilosamente e transmitem às suas sucessoras pela tradição oral. Ainda hoje, no Sertão, na zona rural e mesmo na periferia das grandes cidades é muito comum ver-se as mães levando suas crianças para as benzedeiras curá-las de mau-olhado, espinhela caída e outros males.

Assim, como se pode notar, durante os tempos da Colônia e do Império, diversas mulheres utilizaram o espaço da religião como alternativa para exercerem sua liderança. Não obstante o predomínio social do homem, o machismo e o patriarcalismo, a mulher

foi presença marcante na sociedade alagoana daquele período. Aparentemente, à primeira vista, num olhar superficial, parcial e, por vezes, reducionista, a mulher parece ausente do processo histórico, mas esta ausência é apenas aparente. Efetivamente, apesar do propalado domínio senhorial e masculino, foram as mulheres que deram vida e dinamicidade ao Cristianismo pelas veredas das Alagoas. Sob o epíteto de beatas, rezadeiras, curandeiras ou benzedadeiras, elas desempenharam papel relevante e decisivo na formação do catolicismo alagoano.

Mãe doce

No início do século XX, a ação de abnegadas líderes religiosas continua frutuosa. Esta segunda parte do trabalho inicia com a história de uma família pobre e sua devoção, num subúrbio afastado de Maceió, no velho planalto do Tabuleiro do Martins. Tudo começa com a devoção à Santa Luzia de Siracusa, virgem e mártir, cuja reconstituição histórica só foi possível graças aos valiosos depoimentos de remanescentes da família e amigas, como Santina Pereira, Maria José da Silva (Tênar) e Josefa Félix. E a personagem central desta narrativa, liderança feminina incontestada, que introduziu esta devoção no bairro, tornando-se uma verdadeira mãe-fundadora daquela comunidade eclesial, é a figura singular conhecida popularmente como “Mãe Doce”.

Dorcelina Maria da Conceição – Sinha Doce para os amigos e Mãe Doce para os netos e a criancada que a conhecia- foi uma mulher forte, de têmpera austera, uma pessoa de muita fé em Deus, uma figura realmente veneranda. Natural da Fazenda Batateira, naquela época pertencente ao município de São Luiz do Quitunde, Mãe Doce foi casada com Pedro Alexandrino de Góis – “Seu Pedo Fulô” ou “Pai Pedo” como os netos o chamavam. O casal teve doze filhos, dos quais criou dez. E destes nasceram setenta e oito netos. Em 1923, Mãe Doce e sua numerosa família emigraram para a Capital do Estado, em busca de melhores dias, pois, na zona rural, eram várias as dificuldades enfrentadas: ausência de trabalho permanente para lhes assegurar condições de vida mais digna, precariedade de assistência médica, falta de escola para as crianças estudarem, dentre outras. Em Maceió, fixaram-se no Tabuleiro do Martins.

Depois de instalada a família em seu novo lar, a primeira atitude de Mãe Doce foi se articular com seus vizinhos e convidá-los para rezar um terço em sua casa. Naquele tempo, a população do Tabuleiro era escassa e os vizinhos mais próximos moravam bem distante uns dos outros. Mesmo assim os poucos vizinhos existentes

compareceram. A partir daí, Mãe Doce tornou-se a principal liderança religiosa daquela localidade. Sob a sua coordenação, iniciaram-se, no bairro, as comemorações do “Mês de Maio”, consagrado a Nossa Senhora, quando as famílias sempre hasteavam uma bandeira branca no primeiro dia, arriando-a no último dia do mês. Rezavam um terço diariamente, acompanhado de outras orações e cânticos. Já no mês de junho, festejavam-se os três santos de grande devoção popular: Santo Antônio, São João e São Pedro. Além das rezas e celebrações próprias, havia muita animação, com grandes fogueiras, fogos de artifício, bombas e busca-pés. Eram mormente servidas comidas típicas: milho verde, canjica, pamonha, arroz doce, mungunzá, bolo de milho e de macaxeira.

No Tempo da Quaresma, eram rezados terços com ladainhas e benditos apropriados, durante os quarenta dias. A família respeitava as orientações de jejuns e abstinências, desde as crianças com sete anos de idade. Na Sexta-feira Santa, havia uma grande reunião de família, na qual estavam presentes os filhos e filhas, depois foram se incluindo as noras, genros e netos. Para a refeição principal, fazia-se verdadeiro mutirão. Cada filha, as noras e as netas maiores se encarregavam de amassar macaxeira cozida, abóbora e feijão para as papas. Além do bredo, preparava-se maniçoba com folhas de macaxeira, acompanhada das fritadas, escabeches e ensopados, dos quais o sururu e os crustáceos não podiam faltar. Embora o casal se esforçasse por manter um ambiente típico de penitência, as brincadeiras não faltavam, achava-se graça em tudo, ninguém se aborrecia por nada.

De todas as festas religiosas, a de Santa Luzia era a mais animada, pois a virgem e mártir de Siracusa era a santa da devoção pessoal de Sinhá Doce. A rua onde ela morava ficava totalmente decorada com belíssimas ornamentações. Por causa disso, esta rua passou a se denominar de Santa Luzia, até hoje. Animando a festa, havia parque de diversões e banda de pífanos, que tocava durante o novenário. Realizavam-se também quermesses com leilões de prendas.

Na rua onde residia Dona Dorcelina, havia uma pequena capela erigida pelo Sr. Raul, irmão do Sr. João Martins, dedicada a Santo Antônio. Seu devoto residia próximo. Com a chegada de Sinhá Doce, ele passou a convidá-la para rezar seus terços e ela o atendia, combinando os horários. Entretanto, começou a haver, aos poucos, maior afluência de pessoas na casa daquela nova moradora. Paulatinamente, a devoção à Santa Luzia foi ganhando mais adeptos e superando a devoção a Santo Antônio

Como houvesse grande dificuldade em conseguir a banda de pífanos, os filhos de Dona Dorcelina pensaram em organizar uma bandinha própria, e assim fizeram. Todos os filhos e filhas de Mãe Doce aprenderam a tocar. Tocavam nas novenas, nos leilões e nas missas. Essa bandinha ainda existe, regida por Ovídio Góis, neto de Sinhá Doce. A festa continuou todos os anos, na Rua Santa Luzia. A imagem da Santa pertencia a Florência Maria da Silva, filha mais velha de Sinhá Doce, que, mesmo depois de casada e residindo no Interior do Estado, vinha fazer a festa no Tabuleiro do Martins. Em 1945, Florência veio morar no Tabuleiro, à Rua São Paulo, onde passou a fazer a festa.

Ao ser construída a capela da comunidade, Padre Cabral, sabendo da devoção à Santa Luzia, designou-a Padroeira do Tabuleiro, destinando a capela recém-construída para ser a sede da devoção. A partir daí, o Sr. Matias, esposo de Florência, passou a ter dificuldades para promover aquela festa tradicional, uma vez que o padre somente permitia a sua realização em data anterior ou posterior à festa da Igreja. Apesar disso, comemorou-se a festa nos anos que se sucederam (1946, 1947 e 1948). Em dezembro de 1949, o Sr. Matias adoeceu gravemente, vindo a falecer, a 2 de fevereiro de 1950. Sua esposa e Dorcelina mantiveram os terços apenas.

Mãe Doce, na condição de mulher, esposa e mãe, ensinou a suas filhas, noras, netas e amigas diversas prendas domésticas, como crochê, renda de almofada, bordados manuais e arte culinária. Na área da saúde, transmitiu os seus conhecimentos acerca de chás, purgantes, ervas e raízes medicinais. Sua casa podia ser considerada uma verdadeira maternidade, pois nenhuma outra, no Tabuleiro, viu nascer tantas crianças. Na falta de parteira, várias parturientes, em dificuldades de parto, foram acompanhadas e auxiliadas por Sinhá Doce. Outras senhoras mandavam chamá-la e seus filhos somente nasciam graças à habilidade que ela possuía.

Extremamente devota de Nossa Senhora das Dores e do Padre Cícero Romão Batista, o santo dos nordestinos, fez vinte e duas romarias ao Juazeiro do Norte (Ceará), sendo dezesseis dessas viagens a pé e seis em carrocerias de caminhões. Na última romaria, adoeceu a caminho, vindo a falecer em Juazeiro, a 18 de setembro de 1955.

Dorcelina Maria da Conceição, a Mãe Doce, manteve-se fiel a Deus até o fim e passou a vida fazendo o bem. Fraternal companheira, afável conselheira, amiga incondicional, titã da fé e guardiã da moral cristã. Respeitada, considerada e amada por todos que a conheciam, ela é digna da veneração do Povo de Deus do Tabuleiro do Martins e de toda Alagoas, pelo modelo e exemplo de vida que deixou como maior legado.

Dona das Dores

Maria das Dores Costa, alagoana das plagas sertanejas de Mata Grande, era filha de Joaquim Antônio de Assis e Maria da Conceição de Assis. Casada com João Alves da Costa, teve seis filhos. Tendo chegado a Maceió em 1935, foi residir no bairro da Ponta Grossa, à Praça Santo Antônio. Meses depois, não havendo se adaptado bem ao local, transferiu-se para a Rua Santa Cruz (atual Moreira e Silva).

Em 1942, quando fixou residência na Rua Humaitá, Dona das Dores se engajou na comunidade de Santa Teresinha. Nesta época, a igreja ainda estava em fase de construção e a imagem da santa padroeira já havia sido entronizada na capela-mor, que já estava pronta, mas as obras haviam sido paralisadas por falta de recursos financeiros. Não demorou muito para que ela conseguisse conquistar a simpatia e a amizade do pároco local, Mons. Cícero Teixeira de Vasconcelos, bem como de seu coadjutor, Mons. João Batista Wanderlei, os quais a nomearam coordenadora da capela e responsável pela chave. Convém ressaltar que a comunidade de Santa Teresinha pertence à jurisdição eclesiástica da Paróquia de Santa Rita de Cássia, no bairro do Farol, em Maceió. Desde então, Dona das Dores passou a se constituir na grande líder daquela comunidade, revivendo os áureos tempos da velha Matriz de Mata Grande, onde cantara por 28 (vinte e oito) anos no coral e ajudara bastante na parte de ornamentação dos altares e das imagens, sendo por isso mesmo muito querida em toda a Paróquia.

Na comunidade de Santa Teresinha, ela não se fez de rogada e se pôs a trabalhar com afinco. Imbuída de um profundo amor pela Igreja, Dona das Dores cuidava com solicitude da capelinha que lhe fora confiada. Limpava, arrumava, ornamentava, confeccionava, à mão, ela própria as toalhas para os altares. Era despreendida e desapegada. Trabalhava desinteressadamente. Costumava sempre dizer: “*Para a Igreja não se cobra nada; todo o trabalho é de graça*”. Conquistava a amizade das meninas das redondezas, para que a ajudassem nos serviços da capela. Isso tudo revelava seu grande espírito de fé.

No entanto, a maior preocupação de Dona das Dores era a conclusão das obras de construção do templo, que já se arrastavam por vários anos. No livro *História da igreja de Santa Teresinha*, encontra-se registrada a sua luta em favor dessa causa. Nele se lê:

Humilde e mansa, ela saía em verdadeira peregrinação pelas ruas da cidade, levando consigo a sua inseparável sombrinha, para pedir, de casa em casa, às pessoas de boa vontade, um óbulo, para ajudar nas obras de construção da igreja. Vendia latas e jornais; ia ao mercado pedir flores aos floristas, para enfeitar os jarrinhos do altar da igreja; batia o comércio, fazendo campanhas junto aos comerciantes; percorria, enfim, Maceió, de ponta a ponta, incansavelmente, a fim de angariar fundos para a igreja.

Eram muitos os que não conseguiam resistir à ternura daquela senhora tão meiga, que nunca pedia nada para si, mas sempre solicitava alguma contribuição para a igreja. “*Quem é que não dá a Dona das Dores?*” – era o que se dizia. De fato, vários eram os colaboradores, alguns até faziam questão de permanecer no anonimato. As contribuições chegavam de diversas partes. E assim, pouco a pouco, o templo ia sendo edificado, numa localização privilegiada, donde se vislumbra a singular beleza da Capital alagoana, entre a lagoa e o mar.

Alguns outros membros da comunidade de Santa Teresinha e amigos pessoais de Dona das Dores ajudavam-na em seus trabalhos e campanhas. Entre eles destacavam-se: Agnelo Nunes Fragoso, casado com Luzinete Uchôa Fragoso, a velha Levina, uma viçosense centenária, Dona Zefinha, uma abnegada viúva, e Dona Afrinha, cooperadora prestimosa e sucessora de Dona das Dores na coordenação da igreja.

Era, mormente Dona das Dores a encarregada de procurar e convidar os sacerdotes para celebrar a Missa dominical, quando Mons. Cícero ou Mons. Batista não podiam fazê-lo. Dessa forma, ela se relacionava com inúmeros membros do clero de Maceió, conquistando a estima e a admiração de diversos padres da Arquidiocese. Dentre eles, havia dois aos quais mais se afeiçoava: Mons. Hélio Lessa Souza e Mons. João Berchmans Lima de Oliveira.

Com o passar dos anos, já no crepúsculo de sua existência, Dona das Dores, percebendo a saúde um tanto debilitada e pressentindo a proximidade da sua hora suprema, dizia, repetidas vezes, que só morreria depois da inauguração da igreja. A construção já estava bem adiantada, em fase de acabamento, e ela se deslocava, diariamente, para a igreja, onde permanecia durante horas, observando os trabalhos e conversando com os pedreiros. Bastante enferma, Dona das Dores ouviu de sua casa as primeiras badaladas do sino do templo, prestes a ser inaugurado. Conseguiu ainda ver a igreja totalmente pronta e ornamentada para a inauguração, que se deu a 30 de setembro de 1962. Mas não teve condições de participar das cerimônias festivas.

O seu estado de saúde agravou-se, paulatinamente, após as festas de inauguração, até quando sofreu o seu segundo espasmo cerebral, ao qual não resistiu. Faleceu em 1º de dezembro daquele mesmo ano da inauguração da igreja de Santa Teresinha. Ao longo de todo aquele dia, o Sacristão, João Carlos da Costa, grande amigo e admirador de Dona das Dores, fez repicar o sino da capela, numa justa e reconhecida homenagem póstuma àquela incansável paladina da santa de Lisieux, que passou do tempo à eternidade.

Conclusão

Ante o que foi aqui exposto, nota-se, claramente, a liderança exercida pelas mulheres, ao longo de toda a história do Cristianismo nas Alagoas. Vivendo numa sociedade patriarcal, aparentemente dominada por homens, as mulheres encontraram no sagrado -ou no religioso- um espaço privilegiado de articulação e de liderança social. Isso dava à mulher, certo poder e alguma autoridade até incontestáveis na sociedade, os quais provinham da sua fama de virtuosa ou mesmo de santa.

Desde o início, no processo de formação do catolicismo alagoano, entre os séculos XVI e XVIII, bem como durante todo o século XIX e primeira metade do século XX, a liderança religiosa feminina foi um marco histórico. Na época colonial e no período imperial, beatas, benzedeadas e rezadeiras protagonizaram em cena, tornando-se protótipos de mulheres virtuosas ou santas. Quer como virgens consagradas a Deus, vivendo em constantes orações, praticando penitências e mortificando o corpo, nos beatérios ou nas próprias residências transformadas em verdadeiros “claustros domésticos”, quer como esposas e mães, no convívio social, prestando relevantes serviços à comunidade em momentos difíceis da vida, onde exerciam os ofícios de benzedeadas/curandeiras, carpideiras e cantadoras de “incelências”, as mulheres desempenharam relevante papel no universo religioso da sociedade alagoana. E, no século XX, esse paradigma de santidade feminina continuou produzindo inúmeras lideranças, que souberam usar bem o espaço do sagrado para servirem ao povo e conquistarem o apreço geral, em face de sua autoridade moral, como se pode observar nos exemplos de “Mãe Doce” e Dona das Dores.

Assim, apesar de nem sempre constarem nos documentos oficiais, nos grandes compêndios ou nos manuais, as mulheres escreveram uma página memorável da História das Alagoas, máxime da história religiosa. Como ficou claro neste trabalho, elas foram verdadeiras protagonistas no processo da formação cristã/católica alagoana,

não meras coadjuvantes. Por isso, a temática aqui desenvolvida poderá servir de base para novas discussões acadêmicas e pesquisas mais acuradas, que venham enriquecer ainda mais esse - já rico - universo do imaginário simbólico presente nas utopias cristãs.

REFERÊNCIAS

- AZZI, Riolando. *A cristandade colonial – um projeto autoritário*. São Paulo, Paulinas: 1987.
- DEL PRIORE, Mary. *Religião e religiosidade no Brasil colonial*. São Paulo, Ática: 1994.
- HOORNAERT, Eduardo; et all. *História da Igreja no Brasil (tomo II/1)*. 3. ed. São Paulo/Petrópolis, Paulinas/Vozes: 1983.
- HOORNAERT, Eduardo. *Formação do catolicismo brasileiro*. 2. ed. Petrópolis, Vozes: 1978.
- _____. *A Igreja no Brasil-Colônia (1550-1800)*. São Paulo, Brasiliense: 1982.
- _____. *O cristianismo moreno do Brasil*. Petrópolis, Vozes: 1991.
- MARCÍLIO, Maria Luíza (org.). *Família, mulher, sexualidade e Igreja na História do Brasil*. São Paulo, Loyola: 1993.
- MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa (volume 1)*. São Paulo, Companhia das Letras: 1997.
- NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Patriarcado e religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia*. Salvador, Conselho Estadual de Cultura: 1994.
- QUEIROZ, Álvaro. *História da igreja de Santa Teresinha*. Maceió, Sergasa: 1987.
- _____. *História da paróquia de Santa Luzia do Tabuleiro do Martins*. Maceió, Grafbom: 1992.
- VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. São Paulo, Typographia 2 de dezembro: 1853.